



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

O anteprojeto de Lei de Ações Coletivas do Conselho Nacional de Justiça

Bibliografia

CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

**O anteprojeto de Lei de Ações Coletivas
do Conselho Nacional de Justiça**

Março de 2021

Presidência
Italo Mendes

**Coordenadoria de Registro de Julgamento e
Gestão da Informação**
Renato Cesar Pinto Pereira

Divisão de Gestão da Informação e Biblioteca
Marília de Souza de Mello

Núcleo de Informação e Biblioteca
Rita de Cássia Fernandes Shimabuko

Seção de Atendimento ao Usuário e Pesquisa
Gabriela Pereira de Mello

Capa
Divisão de Modernização Administrativa e
Produção Editorial

A627 O anteprojeto de Lei de ações coletivas do Conselho Nacional de Justiça / Organizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. -- 1. ed. -- Brasília: Tribunal Regional Federal da 1ª Região: Brasília, 2021. 16 p.

1. Bibliografia especializada. 2. Ação coletiva 3. Interesse individual homogêneo 4. Ação civil pública I. Tribunal Regional Federal (Região, 1).

CDDir 341.4622

SUMÁRIO

Introdução.....	4
Acervo da Rede de Biblioteca da Justiça Federal da Primeira Região.....	5
Livros.....	5
Acervo da Rede Virtual de Bibliotecas - Coordenada pelo Senado Federal.....	7
Livros.....	7
Capítulos de livros.....	8
Artigos.....	9

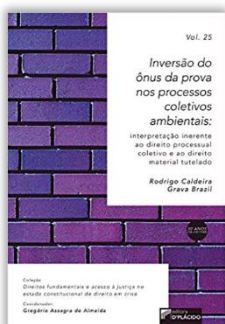
INTRODUÇÃO

A Coordenadoria de Registro de Julgamento e Gestão da Informação - Cojin, por meio da Divisão de Gestão da Informação, Jurisprudência e Biblioteca - Digib, apresenta uma bibliografia sobre o anteprojeto do Conselho Nacional de Justiça de ações de leis coletivas, [Projeto de Lei nº 4.778/2020](#), com o objetivo de atualizar e subsidiar desembargadores e juízes federais em suas análises processuais e tomadas de decisões acerca do tema em questão.

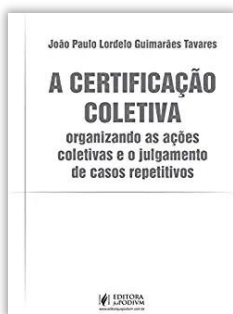
Os itens estão reunidos e organizados em livros, capítulos de livros e artigos. Os documentos que não apresentarem o *link* para acesso à internet poderão ser solicitados por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico serau@trf1.jus.br ou pelos telefones 3314-5342 e 3314-5213.

Acervo da Rede de Biblioteca da Justiça Federal da Primeira Região

Livros



BRAZIL, Rodrigo Caldeira Grava. **Inversão do ônus da prova nos processos coletivos ambientais**: interpretação inerente ao direito processual coletivo e ao direito material tutelado. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019. 155 p. (Coleção direitos fundamentais e acesso à justiça no estado constitucional de direito em crise; v. 25). Número de chamada: 341.4649 B827 IDO (TRF1)



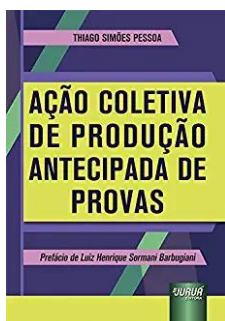
LORDELO, João Paulo. **A certificação coletiva**: organizando as ações coletivas e o julgamento de casos repetitivos. Salvador: JusPodivm, 2020. 288 p. Número de chamada: 341.274 lor CCO (TRF1)



MASSON, Cleber; VILHENA JÚNIOR, Ernani de Menezes. **Prática penal, civil e tutela coletiva**: Ministério Público. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2019. xxiv, 406 p. Número de chamada: 341.43 M419 PPM 4. ed. (TRF1)



MENEGHETTI, Rayssa Rodrigues. **Audiências públicas virtuais nas ações coletivas**: formação participada do mérito processual. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020. 196 p. Número de chamada: 341.257 M541 APV (TRF1)



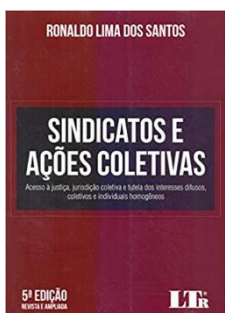
PESSOA, Thiago Simões. **Ação coletiva de produção antecipada de provas.** Curitiba: Juruá, 2020. 138 p. Número de chamada: 341.4323 P475 ACD (TRF1)



PIZZOL, Patricia Miranda. **Tutela coletiva: processo coletivo e técnicas de padronização das decisões.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. 687 p. Número de chamada: 341.418 P695 TCP (TRF1)



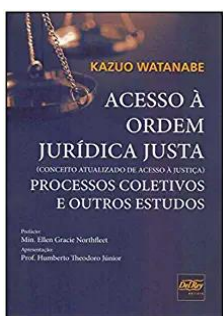
SANTOS, Luiz Felipe Ferreira dos. **Limites da coisa julgada na reparação de danos a direitos individuais homogêneos.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. xiii, 228 p. Número de chamada: 341.4653 S237 LDC (TRF1)



SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Sindicatos e ações coletivas: acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.** 5. ed., rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2019. 428 p. Número de chamada: 341.64 S237 SEA 5. ed. (TRF1)



SARTI, Lia. **A relativização dos efeitos expansivos da decisão do incidente de assunção de competência em ações coletivas.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. 226 p. Número de chamada: 341.4637 S249 RDE (TRF1)



WATANABE, Kazuo. **Acesso à ordem jurídica justa:** (conceito atualizado de acesso à justiça): processos coletivos e outros estudos. Belo Horizonte: Del Rey, 2019. xxvi, 421 p. Número de chamada: 341.2736 W324 AAO (TRF1)



ZIESEMER, Henrique da Rosa. **Interesses e direitos difusos e coletivos.** 2. ed. rev. atual. ampl. Salvador: JusPodivm, 2020. 912 p. Número de chamada: 341.274 Z67 IED 2. ed. (TRF1)

Acervo da Rede Virtual de Bibliotecas - Coordenada pelo Senado Federal

Livros

BARBUGIANI, Luiz Henrique Sormani. **Ações coletivas passivas.** São Paulo: Tirant lo Blanch, 2019. 582 p.

BARROS, Marcus Aurélio de Freitas. **Dos litígios aos processos coletivos estruturais:** novos horizontes para a tutela coletiva brasileira. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020. 132 p.

GALDINO, Matheus Souza. **Processos estruturais:** identificação, funcionamento e finalidade. Salvador: JusPodivm, 2020. 271 p.

LIMA, Thadeu Augimeri de Goes. **Persecução penal e interesses supraindividuais: diálogos com o processo coletivo**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020. 330 p.

MENEGHETTI, Rayssa Rodrigues. **Audiências públicas virtuais nas ações coletivas: formação participada do mérito processual**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020. 195 p.

PESSOA, Thiago Simões. **Ação coletiva de produção antecipada de provas**. Curitiba: Juruá, 2020. 137 p.

PIZZOL, Patrícia Miranda. **Tutela coletiva: processo coletivo e técnicas de padronização das decisões**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. 687 p.

PORTO, José Roberto Mello. **Processo coletivo**. Salvador: JusPodivm, 2020. 301 p.

TAVARES, João Paulo Lordelo Guimarães. **A certificação coletiva: organizando as ações coletivas e o julgamento de casos repetitivos**. Salvador: JusPODIVM, 2020. 288 p.

VITORELLI, Edilson *et al.* **Coletivização e unidade do direito: vol. II**. Londrina: Thoth, 2020. 623 p.

VITORELLI, Edilson. **O devido processo legal coletivo: dos direitos aos litígios coletivos 2. ed.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. 833 p.

ZANETI, Graziela Argenta. **Jurisdição adequada para os processos coletivos transnacionais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. 207 p.

Capítulos de Livros

ALMEIDA, Gregório Assagra de. *A summa divisio* constitucionalizada no Brasil direito coletivo e direito individual e sua importância para o aperfeiçoamento do sistema de tutela coletiva. *In: ALMEIDA, Gregório Assagra de; CAMBI, Eduardo; MOREIRA, Jairo Cruz. Ministério público, constituição e acesso à justiça: abordagens institucional, cível, coletiva e penal da atuação do Ministério Público*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019, p. 81-103.

ARENHART, Sérgio Cruz. O devido processo legal, a participação e a representação de interesses em processos complexos. *In: Processo constitucional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, p. 961-988.

CUCARELLA GALIANA, Luis Andrés. Acción de protección colectiva de derechos fundamentales y protección constitucional. *In: MARINONI, Luiz Guilherme; SARLET, Ingo Wolfgang (coord.); CREMONESE, Cleverton; PESSOA, Paula (org.). Processo constitucional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, p. 1033-1062.

FERRARO, Marcella Pereira. Litígios estruturais no processo constitucional: potencialidades e limitações de reformas estruturais via habeas corpus. *In: MARINONI,*

Luiz Guilherme; SARLET, Ingo Wolfgang (coord.); CREMONESE, Cleverton; PESSOA, Paula (org.). **Processo constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, p. 1063-1102.

KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. O CPC/2015 e o avanço da notificação adequada no processo coletivo do Brasil no rumo da *class action*. In: TALAMINI, Eduardo; GOMES, Adriano Camargo. **Partes e terceiros no processo civil**. Salvador: JusPODIVM, 2020, p. 177-193.

LAMBLÉM, Gláucia Aparecida da Silva Faria. Ações coletivas para proteção aos direitos humanos: uma análise comparativa entre o sistema processual português e o brasileiro. In: ARAUJO, Luiz Alberto David; LAZARI, Rafael; NISHIYAMA, Adolfo Mamoru. **Direitos humanos: a dignidade humana no século XXI**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019, p. 275-297.

MACHADO, Júlia Alves Almeida. Processo constitucional democrático e a legitimação para agir na construção participada do mérito: uma análise a luz da teoria do mérito coletivo participado. In: MAIA, Raphael Moreira; MENEGHETTI, Rayssa Rodrigues; SILVA, Rosemary Cipriano da. **Reflexões sobre estado democrático de direito: estudos em homenagem ao professor Fabrício Veiga Costa**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019, p. 107-130.

NUNES, Bruno José Silva. Limites subjetivos da autocomposição nos processos coletivos. In: ALMEIDA, Gregório Assagra de; CAMBI, Eduardo; MOREIRA, Jairo Cruz. **Ministério público, Constituição e acesso à justiça: abordagens institucional, cível, coletiva e penal da atuação do Ministério Público**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019, p. 237-250.

VENTURI, Elton. A tutela coletiva e a responsabilidade civil pelas afetações da pandemia da COVID-19 no Brasil: ação popular, ação civil pública, ação de improbidade administrativa e ação coletiva. In: MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; ROSENVALD, Nelson; DENSA, Roberta. **Coronavírus e responsabilidade civil: impactos contratuais e extracontratuais**. Indaiatuba: Foco, 2020, p. 443-455.

Artigos

ABBOUD, Georges; SCAVUZZI, Maira Bianca; TESCARI, Renato Mantoanelli. A interrupção da prescrição individual em razão do ajuizamento de ação coletiva: comentários ao acórdão exarado no Recurso especial 1.641.167/RS. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 304, p. 245-267, jun. 2020.

ALMEIDA, Luiz Cláudio Moura de. Convenções processuais acerca do local dos atos processuais e extraprocessuais nas ações coletivas. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 305, p. 273-285, jul. 2020.

ALMEIDA, Marcelo Pereira de; DEUS, Fernando Barroso de. Ações coletivas e políticas públicas: estudo preliminar sobre as medidas necessárias para um processo judicial adequado. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 44, n. 289, p. 269-287, mar. 2019.

ALVES, Gustavo Silva. Ações coletivas e julgamento de casos repetitivos: zonas de atuação e convergência entre os objetos a partir da prejudicialidade de uma questão de direito. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 44, n. 293, p. 251-274, jul. 2019.

BARROS, Marcus Aurélio de Freitas. Tutela coletiva e o CPC/2015 à luz do *timing* da atuação coletiva do Ministério Público em casos complexos. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 46, n. 313, p. 219-241, mar. 2021.

BASTOS, Fabrício Rocha. A interface entre os modelos de tutela coletiva, a dimensão individual das demandas coletivas e as ações pseudoindividuais e individuais com efeitos coletivos. **Revista do Ministério Público Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 71, p. 119-147, jan./mar. 2019. Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/102165/Book_RMP_71.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.

BERGSTEIN, Laís. Pequenos grandes danos: a relevância da tutela coletiva do consumidor face aos danos de pequena expressão econômica. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 129, p. 341-368, maio/jun. 2020.

BESTETTI, Eduardo Moraes. A concretização do direito fundamental de acesso à justiça através do ajuizamento de ações coletivas pelas entidades sindicais. **Revista da Escola Judicial do TRT4**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 41-62, jul./dez. 2019.

CABRAL, Antonio do Passo; ZANETI JÚNIOR, Hermes. Entidades de infraestrutura específica para a resolução de conflitos coletivos: as *claims resolution facilities* e sua aplicabilidade no Brasil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 44, n. 287, p. 445-483, jan. 2019.

CARDOSO, João Gabriel. Afinal, é possível a reconvenção nos processos coletivos? **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, São Paulo, v. 20, n. 125, p. 227-229, maio/jun. 2020.

CARPENA, Heloisa; ORTENBLAD, Renata. Ganha mas não leva: por que os vencido nas ações civis públicas não paga honorários sucumbenciais ao Ministério Público? **Revista de Processo**, São Paulo, v. 43, n. 280, p. 335-350, jun. 2018.

CARVALHO, Jorge Cruz de. O princípio da adequação formal sob a perspectiva do processo coletivo efetivo. **Revista Direito e Liberdade: RDL**, Natal, v. 21, n. 3, p. 167-198, set./dez. 2019. Disponível em: http://ww2.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/view/1624/819. Acesso em: 19 mar. 2021.

DEMO, Roberto Luis Luchi. Uma crônica da tutela coletiva dos direitos previdenciários nos juizados especiais federais. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 307, p. 297-314, set. 2020.

DIDIER JUNIOR, Fredie; ZANETI JÚNIOR, Hermes. Princípio da competência adequada, conflitos coletivos multipolares e competências materiais distintas. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 29, n. 128, p. 403-414, mar./abr. 2020.

GAGNO, Luciano Picoli; BUFON, Fernanda Porchera. O processo coletivo e a suspensão dos processos individuais: uma análise conforme o direito fundamental de acesso à justiça. **Revista Eletrônica de Direito Processual: REDP**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 227-251, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/39105/31773>. Acesso em: 19 mar. 2021.

GAGNO, Luciano Picoli; SIMÕES, Thiago Felipe Vargas. A legitimidade individual para demandas coletivas a partir da teoria do direito como integridade. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 44, n. 294, p. 333-355, ago. 2019.

GALLOTTI, Isabel; RODRIGUES, Douglas Alencar. A eficácia subjetiva das sentenças em ações coletivas à luz da doutrina de Teori Albino Zavascki: o estado da arte na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 57, n. 226, p. 11-42, jul./set. 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/57/227/ril_v57_n227_p11.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021. (Palestrante)

GIDI, Antonio. Loneliness in the crowd: why nobody wants opt-out class members to assert offensive issue preclusion against class defendants. **SMU Law Review**, Dallas, v. 66, n. 1, 2013. Disponível em: <https://scholar.smu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1136&context=smulr>. Acesso em: 17 mar. 2021. (Palestrante)

GIDI, Antonio. O projeto CNJ de Lei de Ação Civil Pública: avanços, inutilidades, imprecisões e retrocessos: a decadência das ações coletivas no Brasil. **Civil Procedure Review**, v. 12, n. 1, jan./abr. 2021. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3724081. Acesso em: 19 mar. 2021. (Palestrante)

GIDI, Antonio. O Projeto CNJ e a decadência das ações coletivas no Brasil. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-nov-05/antonio-gidi-projeto-cnj-decadencia-acoes-coletivas>. Acesso em: 17 mar. 2021. (Palestrante)

GIDI, Antonio; ZANETI JÚNIOR, Hermes. O processo civil brasileiro na "era da austeridade"?: efetividade, celeridade e segurança jurídica: pequenas causas, causas não contestadas e outras matérias de simplificação das decisões judiciais e dos procedimentos. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 44, n. 294, p. 41-76, ago. 2019. (Palestrante)

GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel; CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo. Ações coletivas passivas: um diálogo com a doutrina: legitimidade ativa e passiva. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 44, n. 287, p. 291-305, jan. 2019.

GOMES JUNIOR, Luiz Manoel; CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo. Ações coletivas passivas: um diálogo com a doutrina - Segunda parte. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 301, p. 239-254, mar. 2020.

JOBIM, Marco Félix. O processo coletivo como sistema processual autônomo. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 14, n. 82, p. 32-46, jan./fev. 2018.

LAMY, Eduardo de Avelar; REIS, Sérgio Cabral dos. Da recepção do sistema de precedentes do CPC/2015 ao fortalecimento das ações coletivas rumo a uma tutela jurisdicional eficaz: encontros e desencontros dos sistemas de resolução de litigância de massa no Brasil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 44, n. 292, p. 253-290, jun. 2019.

LEDESMA, Thomás Henrique Welter. A legitimidade dos partidos políticos nas ações coletivas. **Revista Brasileira de Direito Civil em Perspectiva**, Belém, v. 5, n. 2, p. 63-81, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/direitocivil/article/view/5837>. Acesso em: 19 mar. 2021.

LEONEL, Ricardo de Barros. Processo coletivo: preocupações legislativas. **Consultor Jurídico**, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-out-30/ricardo-leonel-processo-coletivo-preocupacoes-legislativas>. Acesso em: 19 mar. 2021.

LIMA NETO, Francisco Vieira; DEL PUPO, Thaís Milani. Notas sobre o *habeas corpus* coletivo: uma análise a partir do HC 143.641/SP e do microssistema do processo coletivo. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 15, n. 87, p. 69-84, dez./jan. 2018/2019.

LORDELO, João Paulo. A certificação coletiva nos projetos de nova Lei de Ação Civil Pública. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jan-04/lordelo-certificacao-coletiva-lei-acao-civil-publica#:~:text=A%20certifica%C3%A7%C3%A3o%20coletiva%20no%20Projeto%20CJ&text=O%20projeto%20que%20pretende%20revogar,difusa%20al%C3%A9m%20de%20cronologicamente%20inadequada>. Acesso em 18 mar. 2021.

MACHADO, Gabriela Mendes; MACIEL JÚNIOR, Vicente de Paula. Implicações jurídicas da pandemia de coronavírus: o processo coletivo como alternativa democrática para traçar medidas de contenção da propagação do vírus. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 20, n. 235, p. 35-43, set. 2020.

MAIA, Maurilio Casas. O diálogo das fontes e a legitimidade nas ações coletivas para a defesa de grupos vulneráveis: o caso da coletividade idosa e da Defensoria Pública no STJ (AgInt no AREsp 1220572/SP, j. 18.03.2019). **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 28, n. 123, p. 359-379, maio/jun. 2019.

MALAFAIA, Evie Nogueira e; MOTTA, Cristina. Breves considerações sobre o PL n. 4.778/2020: avanços, retrocessos e polêmicas. **Empório do Direito**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/breves-consideracoes-sobre-o-pl-n-4-778-2020-avancos-retrocessos-e-polemicas>. Acesso em 18 mar. 2021.

MARIE FERROGGIARO, Karen; MARTÍNEZ MONTOYA, Karen Fernanda. Acción colectiva y la formación de colectivos de víctimas de violaciones graves a los derechos humanos en latinoamérica el papel de la impunidad. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, Bebedouro, v. 8, n. 3, p. 919-946, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/944/pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

MAZINI, Paulo Guilherme R. R. Apontamentos sobre a tutela coletiva na América Latina: Brasil, Argentina, Colômbia e Peru. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 309, p. 317-344, nov. 2020.

MIL, Lorenzo Caser *et al.* Autocomposição no desastre do Rio Doce: análise do programa de indenização mediada à luz das normativas consensuais e sua influência sobre ações coletivas de direitos individuais homogêneos. **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico**, Porto Alegre, v. 15, n. 86, p. 5-25, out./nov. 2019.

MORAES, Alexandre Rocha Almeida de. O processo coletivo: primeiras impressões para a construção de uma nova dogmática processual. **Rev. Bras. de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 1609-1648, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.ibraspp.com.br/revista/index.php/RBDPP/article/view/223>. Acesso em: 19 mar. 2021.

MORAES, Daniele Alves. O processo coletivo como vertente de acesso à justiça. **Revista Âmbito Jurídico**, 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-processual-civil/o-processo-coletivo-como-vertente-de-acesso-a-justica/>. Acesso em: 19 mar. 2021.

NADER, Alexandre; GERAIGE NETO, Zaiden. O dever de motivar as decisões judiciais sob as perspectivas dos processos individual e coletivo e o regime do prequestionamento no Código de processo civil de 2015. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 17, n. 99, p. 5-28, nov./dez. 2020.

NERY JUNIOR, Nelson. Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação coletiva na defesa de direitos individuais homogêneos do consumidor. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. 40, n. 147, p. 83-87, set. 2020.

NISHI, Luis Fernando. A legitimidade ativa nas ações coletivas na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/tutelacoletiva/download/artigo-a-legitimidade-ativa.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

OLIVEIRA, José Geraldo de Santana. Observações sobre o anteprojeto do CNJ que “disciplina” ações coletivas. **Contee**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://contee.org.br/observacoes-sobre-o-anteprojeto-do-cnj-que-disciplina-aco-es-coletivas/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

OSNA, Gustavo; CARPES, Ataliba Telles. O teorema de *Arrow* e o processo coletivo: a inevitabilidade da representação. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 16, n. 95, p. 68-82, mar./abr. 2020.

OSNA, Gustavo; FRANCISCO, João Eberhardt; AZEVEDO, Julio Camargo de; CINTRA, Lia Carolina Batista; ASPERTI, Maria Cecilia de Araújo; SOUZA, Michel Roberto Oliveira de. Primeiras impressões dos recentes projetos de ação coletiva. **Jota**, São Paulo, 2020. Disponível em <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/acao-coletiva-primeiras-impresso-es-dos-recentes-projetos-09112020>. Acesso em 18 mar. 2021.

OSNA, Gustavo; FRANCISCO, João Eberhardt; AZEVEDO, Julio Camargo de; CINTRA, Lia Carolina Batista; ASPERTI, Maria Cecília de Araújo; SOUZA, Michel Roberto Oliveira de. Primeiras impressões dos recentes projetos de ação coletiva (parte II). **Jota**, São Paulo, 2020. Disponível em <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/primeiras-impressoes-dos-recentes-projetos-de-acao-coletiva-parte-ii-19112020>. Acesso em 18 mar. 2021.

PESSOA, Thiago Simões. O novo processo coletivo brasileiro. **Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 10, p. 283-317, 2019. Disponível em: http://www.pge.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-01/2019_012%20O%20novo%20processo%20coletivo%20brasileiro_Pessoa%20T%20S.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.

PESSOA, Thiago Simões. Os novos conflitos coletivos e a readequação da atuação da Fazenda Pública. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 16, n. 95, p. 101-118, mar./abr. 2020.

PORTO, José Roberto Mello. Anteprojeto de reforma remodela ações coletivas brasileiras. **Justiça e Cidadania**, n. 242, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.editorajc.com.br/anteprojeto-de-reforma-remodela-acoes-coletivas-brasileiras/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

QUINTAS, Fábio Lima. Rumo a uma nova lei sobre as ações coletivas?: um olhar sobre a experiência europeia em vista da Diretiva 2020/1828, de 25 de novembro de 2020. **Jota**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/rumo-a-uma-nova-lei-sobre-as-acoes-coletivas-23122020>. Acesso em: 19 mar. 2021.

RIBEIRO, Daniela Menengoti Gonçalves; VINCE, Fernando Navarro; GOMES NETTO, João Paulo. Acesso à justiça: a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos e dos direitos da personalidade. **Revista Juris Poiesis**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 30, p. 264-282, 2019. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/jurispoiesis/article/viewFile/7617/47966414>. Acesso em: 19 mar. 2021.

ROSÁRIO, José Maria Teixeira do. Eficácia dos direitos coletivos, difusos e transindividuais quanto à proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. **Juris Plenum**, Caxias do Sul, v. 16, n. 93, p. 67-88, maio 2020.

SANTIAGO, Allan Felipe Brito; MAIA, Renata Christiana Vieira. O devido processo legal coletivo: a participação processual e a tutela dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Direito Público: RBDP**, Belo Horizonte, v. 17, n. 64, p. 155-179, jan./mar. 2019.

SANTINHO, Isadora Rodrigues. Lições de uma pandemia para a tutela coletiva dos direitos. **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, São Paulo, v. 20, n. 126, p. 52-67, jul./ago. 2020.

SANTOS, Caio Victor Ribeiro dos. O polêmico projeto da nova lei de ações coletivas. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 2020. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2020-set-04/caio-santos-polemico-projeto-lei-aco-es-coletivas#author>. Acesso em: 17 mar. 2021.

SCHAITZA, Letícia de Pauli. A garantia do contraditório no processo coletivo estrutural: a consolidação de uma execução negociada para a efetivação dos direitos prestacionais na perspectiva de um processo cooperativo. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 14, n. 82, p. 60-82, jan./fev. 2018.

SCHENKEL, Carolina Trentini. Defesa coletiva de direitos individuais homogêneos: a legitimidade do Ministério Público na liquidação e execução de sentenças condenatórias genéricas. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 299, p. 213-228, jan. 2020.

SILVA, Joseane Suzart Lopes da. PLs podem causar prejuízos para a defesa coletiva dos consumidores. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-dez-28/pls-podem-causar-prejuizos-defesa-coletiva-consumidores>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SILVA, Larissa Clare Pochmann da. Ações coletivas transnacionais: uma proposta para o código modelo de processos coletivos. **Revista Iberoamericana de Derecho Procesal**, São Paulo, v. 10, p. 113-130, jul./dez. 2019.

SILVA, Larissa Clare Pochmann da. Sistemas de vinculação e pretensões individuais ao julgamento coletivo. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 279, p. 441-475, mai. 2018.

SILVA, Mateus Abreu Antunes da. A legitimação extraordinária nas ações coletivas passivas brasileiras: direitos individuais homogêneos e o "problema" da ação coletiva passiva derivada. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 301, p. 255-271, mar. 2020.

TAVARES, Pedro Machado. A formação de precedentes no processo coletivo dos casos repetitivos: o modelo instituído pelo CPC/2015. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 16, n. 93, p. 99-114, nov./dez. 2019.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; FARIA, Juliana Cordeiro de; FRANCO, Isabela Guimarães. Honorários de sucumbência contra a Fazenda Pública e a súmula nº 345 do STJ: inexistência de requisito para superação do precedente à luz do artigo 85, § 7º, do CPC/2015. **Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas**, Porto Alegre, v. 13, n. 78, p. 32-62, jan./fev. 2020.

VITORELLI, Edilson. Ações coletivas passivas: por que elas não existem e nem deveriam existir? **Revista de Processo**, São Paulo, v. 278, p. 297-335, abr. 2018.

VITORELLI, Edilson. Consolidação das leis do processo coletivo. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 44, n. 290, p. 305-337, abr. 2019.

VITORELLI, Edilson; ZANETI JÚNIOR, Hermes. O futuro do processo coletivo: considerações sobre o relatório analítico propositivo do Conselho Nacional de Justiça. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 44, n. 295, p. 195-233, set. 2019.

ZUFELATO, Camilo. Ainda o artigo 16 da Lei de ação civil pública: um recente desdobramento, em curso, na jurisprudência do STF. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 301, p. 215-237, mar. 2020.